



Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 **Santarém Novo**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

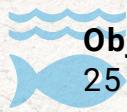
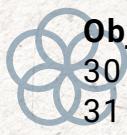
**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2025)	50



INTRODUÇÃO

AAgenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Santarém Novo (PA)**.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

No município de Santarém Novo, a taxa de pobreza manteve-se em níveis elevados ao longo de todo o período, variando de 74,5% em 2020 a um pico de 76,7% em 2023. Após uma leve redução de 75,6% em 2021 para 71,9% em 2022, o indicador voltou a subir no ano seguinte, evidenciando a persistência de vulnerabilidades socioeconômicas. O padrão indica uma situação crônica de pobreza, com flutuações pouco expressivas e uma retomada da piora ao final do período (Gráfico 1).

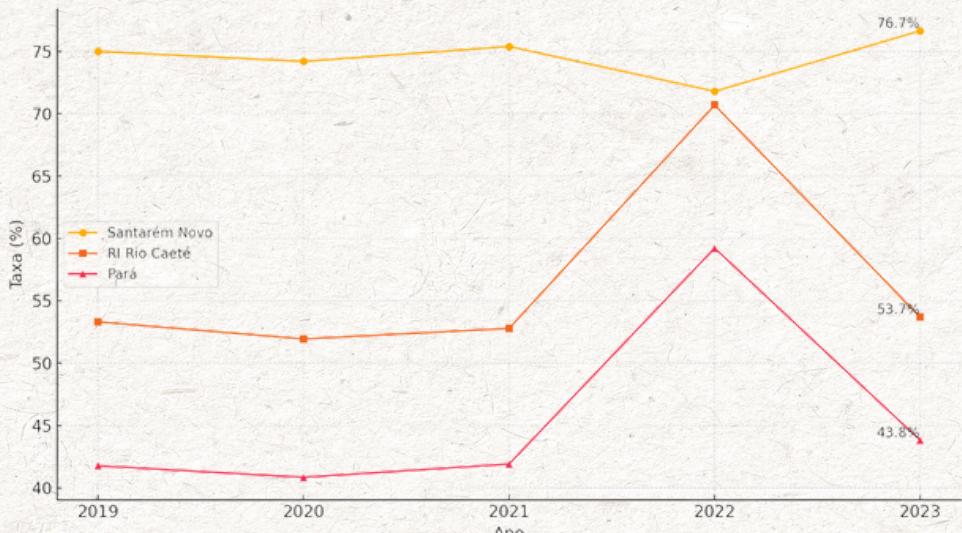
Na Região de Integração Rio Caeté, a taxa começou em 53,3% em 2019 e chegou ao

seu valor mais alto em 2022, com 70,5%, retornando a 53,7% em 2023. Esse salto brusco entre 2021 e 2022 (de 52,7% para 70,5%) sugere uma conjuntura adversa pontual, com posterior recuperação. No estado do Pará, a variação foi menos acentuada: de 41,5% em 2019, caiu para 40,5% em 2020 e depois subiu gradualmente até 59,1% em 2022, recuando para 43,8% em 2023. Apesar da oscilação, o estado encerra o período em patamar levemente superior ao inicial, com destaque para a resiliência relativa frente aos demais recortes (Gráfico 1).





Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 76,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

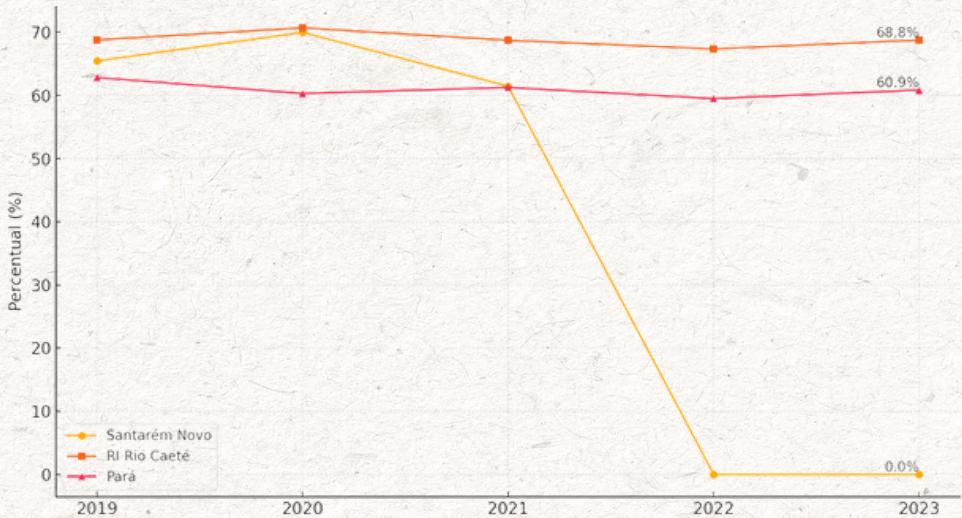
Despesas Públicas com Serviços essenciais

Em Santarém Novo, as despesas com serviços essenciais representavam 65,3% do total em 2019, crescendo para 70% em 2020 e mantendo 61,5% em 2021. Contudo, houve um colapso nos dois anos seguintes: em 2022 e 2023, o percentual registrado foi de 0%, indicando ausência de aplicação de recursos públicos em áreas fundamentais, ou então falha grave de execução orçamentária. Essa queda brusca contrasta fortemente com os dados dos anos anteriores e sinaliza um descompasso entre a necessidade social e a alocação de recursos (Gráfico 2).

A RI Rio Caeté manteve uma trajetória bastante estável, com variações leves: 68,5% em 2019, 70,1% em 2020, 68,3% em 2021, 67,4% em 2022 e 68,8% em 2023. Já o estado do Pará apresentou um pequeno declínio no período: partiu de 64,4% em 2019 e encerrou com 60,9% em 2023, oscilando levemente ao longo dos anos. Ambos os recortes superiores demonstram comprometimento contínuo com a manutenção das despesas essenciais, diferentemente da queda abrupta no município, o que pode ter implicações diretas na qualidade de vida local (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

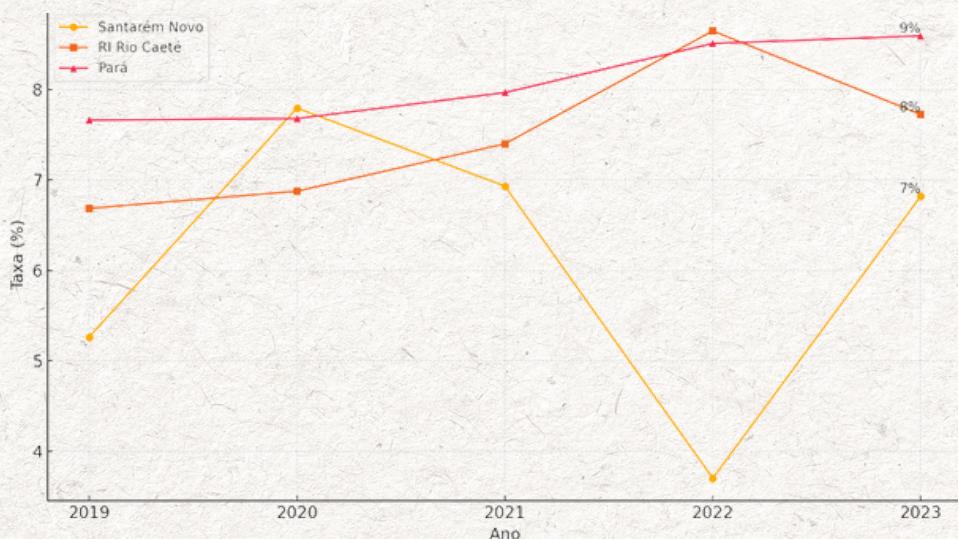
Santarém Novo apresentou grande oscilação na taxa de crianças com baixo peso ao nascer. Em 2019, o índice era de 5,3%, crescendo significativamente para 7,8% em 2020 e depois reduzindo para 6,9% em 2021. Em 2022, houve uma queda acentuada para apenas 3,6%, o menor valor de toda a série, seguida por um novo aumento para 7% em 2023. Esses dados apontam para instabilidades no atendimento pré-natal e nas condições de saúde materno-infantil no município, com forte variação anual (Gráfico 3).

Na RI Rio Caeté, o indicador

evoluiu de maneira ascendente até 2022, partindo de 6,7% em 2019 até alcançar 8,6% em 2022, com uma leve queda para 8% em 2023. Já no estado do Pará, o cenário foi de crescimento contínuo e mais estável, de 7,7% em 2019 até 9% em 2022 e 2023. Tanto o nível regional quanto o estadual exibem tendência de aumento na prevalência de baixo peso, o que pode refletir condições estruturais na saúde pública, enquanto o comportamento errático de Santarém Novo sugere possíveis intervenções pontuais ou deficiências de registro (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



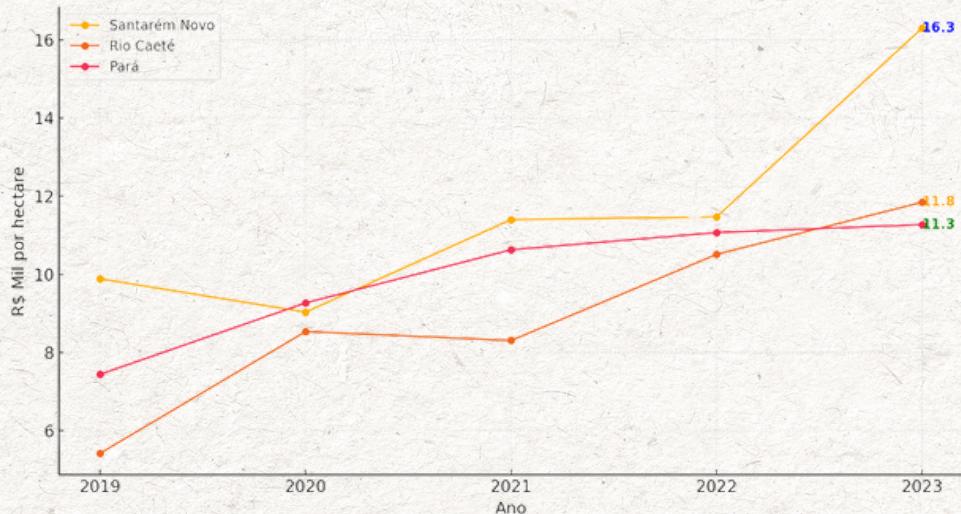
Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

A produtividade agrícola em Santarém Novo apresentou forte expansão, apesar de uma queda inicial. O município iniciou 2019 com R\$ 9,9 mil por hectare, recuou para R\$ 8,7 mil em 2020, mas em seguida registrou alta consistente: R\$ 11,4 mil em 2021, R\$ 11,6 mil em 2022 e um salto expressivo para R\$ 16,3 mil em 2023. Esse desempenho destaca Santarém Novo como o território com maior crescimento no indicador, consolidando-se acima das médias regional e estadual (Gráfico 4).

A RI Rio Caeté iniciou o período com a menor

produtividade entre os recortes (R\$ 5,4 mil/ha em 2019), mas apresentou recuperação relevante, alcançando R\$ 11,8 mil/ha em 2023. O estado do Pará seguiu uma trajetória mais suave, partindo de R\$ 7,4 mil/ha em 2019 e chegando a R\$ 11,3 mil/ha em 2023. Em ambos os casos, os dados mostram avanços constantes, embora em ritmo inferior ao de Santarém Novo. A comparação sugere que o município obteve ganhos mais intensos de eficiência agrícola ou valorização de sua produção por área cultivada (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 16,3 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

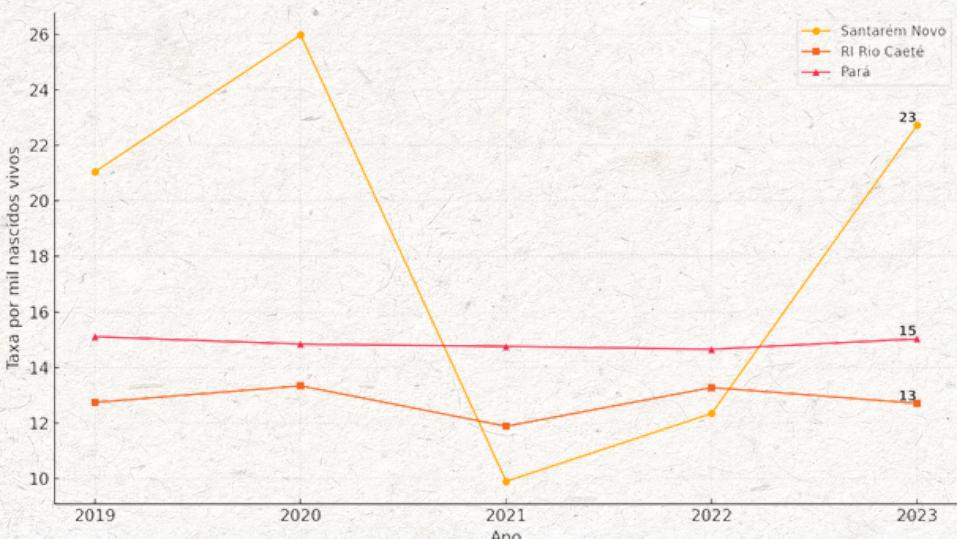
Em Santarém Novo, a taxa de mortalidade infantil apresentou oscilações significativas ao longo do período. Em 2019, registrou-se 21 óbitos por mil nascidos vivos, subindo para 26 em 2020, o maior valor da série. Em 2021, a taxa caiu drasticamente para 9,7, sinalizando uma melhora pontual nas condições de saúde infantil, mas voltou a subir para 12,5 em 2022 e fechou 2023 com 23 óbitos por mil nascidos vivos. Esse comportamento indica grande instabilidade e possíveis fragilidades estruturais no sistema de atenção básica à saúde infantil no município (Gráfico 5).

Na Região de Integração Rio Caeté, os valores foram mais estáveis, variando entre 12 e 13,5 óbitos por mil nascidos vivos em todo o período. Em 2019, a taxa foi de 12,8 e chegou ao máximo de 13,4 em 2020 e 2022, encerrando 2023 com 13. Já no estado do Pará, o indicador manteve-se em torno de 15 ao longo dos cinco anos analisados, com pequenas variações entre 15,3 (2019) e 14,6 (2022), voltando a 15 em 2023. Esses dados revelam que, embora Santarém Novo registre picos mais elevados, a média estadual e regional tende à estabilidade, sugerindo disparidades locais significativas (Gráfico 5).





Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 23 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

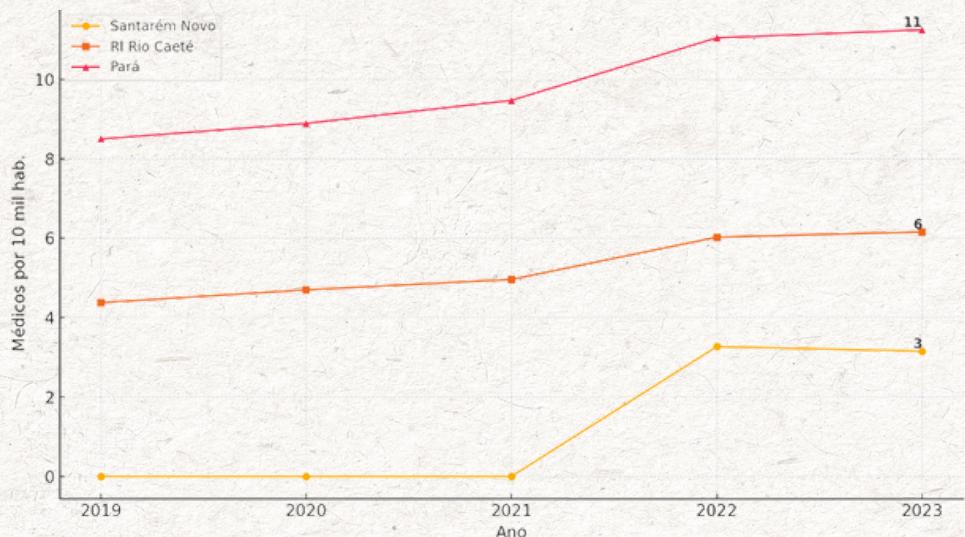
Número de Médicos por 10 mil habitantes

O número de médicos por 10 mil habitantes em Santarém Novo era inexistente entre 2019 e 2021 (zero profissionais registrados), o que representa um grave déficit na assistência médica. A partir de 2022, houve um acréscimo para 3 médicos por 10 mil habitantes, número que se manteve estável até 2023. Apesar dessa melhora relativa, o município continua muito abaixo das médias regionais e estaduais, o que pode impactar diretamente os indicadores de saúde pública, como a mortalidade infantil e o baixo peso ao nascer (Gráfico 6).

Na RI Rio Caeté, o indicador mostra crescimento gradual ao longo do período. Em 2019 havia 4,4 médicos por 10 mil habitantes, passando para 4,7 em 2020, 5 em 2021, 6 em 2022 e 6,1 em 2023. O Estado do Pará registrou os melhores resultados, com aumento de 8,5 médicos em 2019 para 11 em 2023, sendo o maior valor entre os três recortes. A diferença entre o município e os níveis superiores é bastante expressiva, evidenciando uma concentração de profissionais nas áreas mais desenvolvidas e a necessidade de políticas de interiorização da saúde (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.





ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Santarém Novo iniciou o período com 270 vagas por mil habitantes em 2019, apresentando queda para 250 em 2020 e 247 em 2021. Em 2022 houve recuperação para 260, mas em 2023 o número caiu novamente para 234 vagas. Apesar da tendência de redução, o município manteve-se acima das médias regional e estadual durante todo o período, indicando uma oferta de vagas relativamente maior, embora com tendência de retração que pode impactar a capacidade de atendimento da demanda escolar (Gráfico 7).

Na RI Rio Caeté, os valores variaram entre 243 vagas em

2019 e 216 em 2023. Após uma queda de 243 (2019) para 233 (2020), houve leve recuperação nos anos seguintes: 237 (2021) e 242 (2022), com novo recuo em 2023. O estado do Pará apresentou os menores níveis entre os três recortes: de 211 vagas por mil habitantes em 2019, caiu para 207 em 2020, oscilou ligeiramente até alcançar 219 em 2022 e encerrou com 198 em 2023. A redução contínua nas vagas estaduais e regionais, aliada à queda municipal recente, aponta para um desafio generalizado na manutenção da capacidade da rede pública de ensino (Gráfico 7).

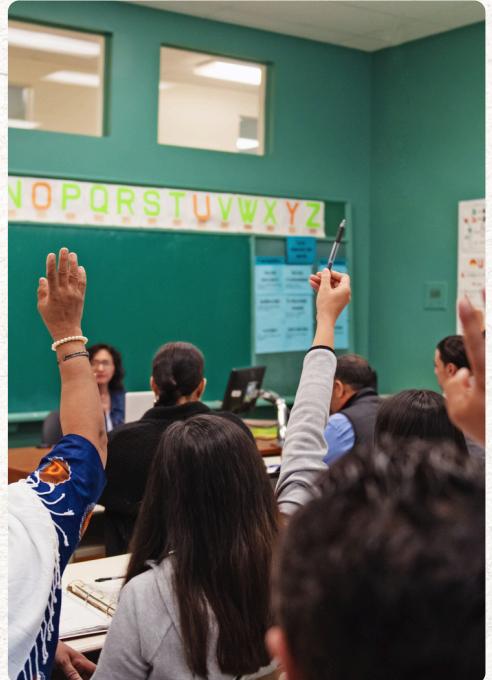
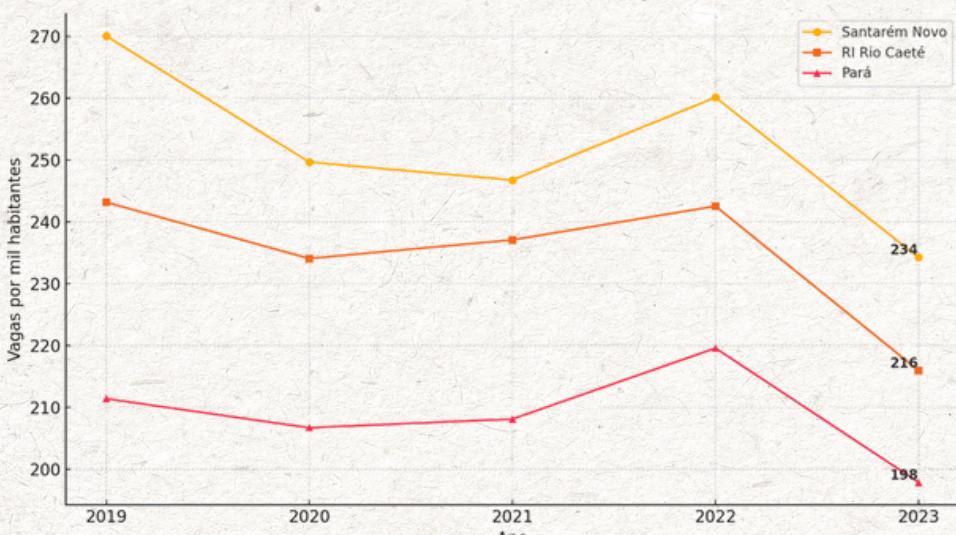




Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 234 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

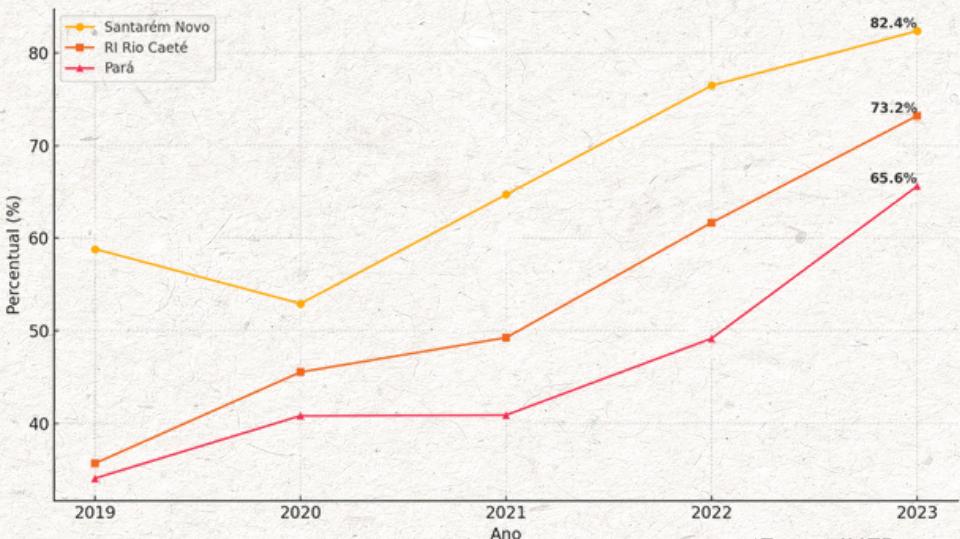
Em Santarém Novo, o percentual de escolas com acesso à internet era de 58,9% em 2019, recuando para 52,8% em 2020. A partir de 2021, observou-se forte avanço: 63,4% em 2021, 76,5% em 2022 e 82,4% em 2023. Essa evolução evidencia esforços locais significativos na digitalização das escolas, superando consideravelmente os percentuais regionais e estaduais e colocando o município em destaque nesse indicador (Gráfico 8).

Na RI Rio Caeté, o indicador também a-

presentou evolução: partindo de 35,7% em 2019, alcançou 45,6% em 2020, 49,3% em 2021, 62% em 2022 e 73,2% em 2023. No estado do Pará, a tendência foi semelhante, embora com patamares mais baixos: 33,9% em 2019, subindo para 40,8% em 2020 e 2021, depois avançando para 48,8% em 2022 e finalizando em 65,6% em 2023. Em todos os níveis, observa-se progresso contínuo, mas Santarém Novo se destaca por ter partida de uma base mais elevada e por registrar o crescimento mais expressivo (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.



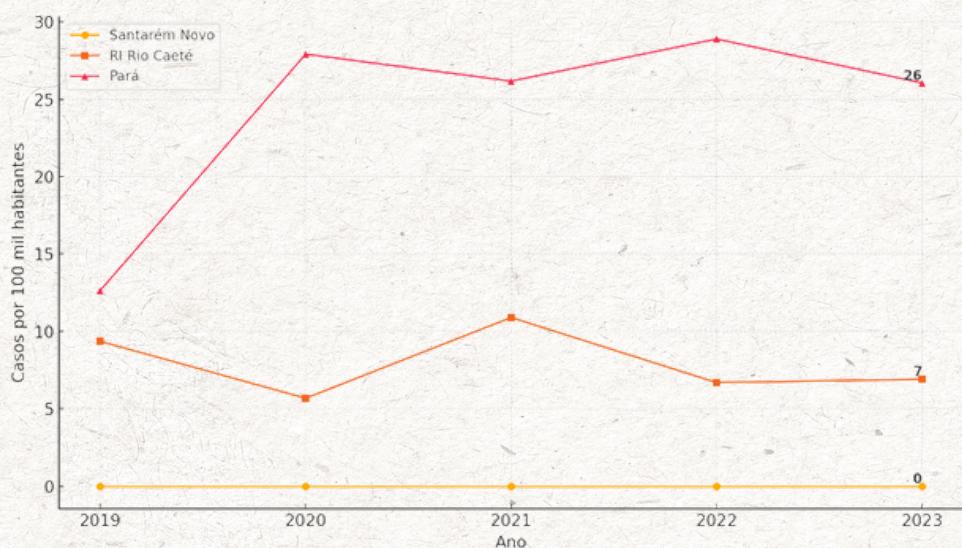
Violência Contra a Mulher por Parceiros

No município de Santarém Novo, o número de casos registrados de violência contra a mulher por parceiros foi zero em todos os anos entre 2019 e 2023. Essa ausência pode tanto refletir uma realidade de não ocorrência, quanto mais provavelmente subnotificação ou ausência de mecanismos eficazes de denúncia e registro. O dado chama atenção por destoar completamente da média estadual e regional, o que indica a necessidade de qualificar os instrumentos de monitoramento e proteção às mulheres no território (Gráfico 9).



Na Região de Integração Rio Caeté, os registros variaram entre 5,9 e 11 casos por 100 mil habitantes: iniciou com 9,5 casos em 2019, caiu para 5,9 em 2020, subiu a 10,8 em 2021 e voltou a recuar para 6,7 e 7 em 2022 e 2023, respectivamente. Já no estado do Pará, o indicador apresentou crescimento expressivo de 12,6 em 2019 para 28,9 em 2022, encerrando 2023 com leve redução, em 26 casos por 100 mil habitantes. Os dados estaduais indicam crescente visibilidade do tema, enquanto o município permanece invisibilizado na estatística oficial (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

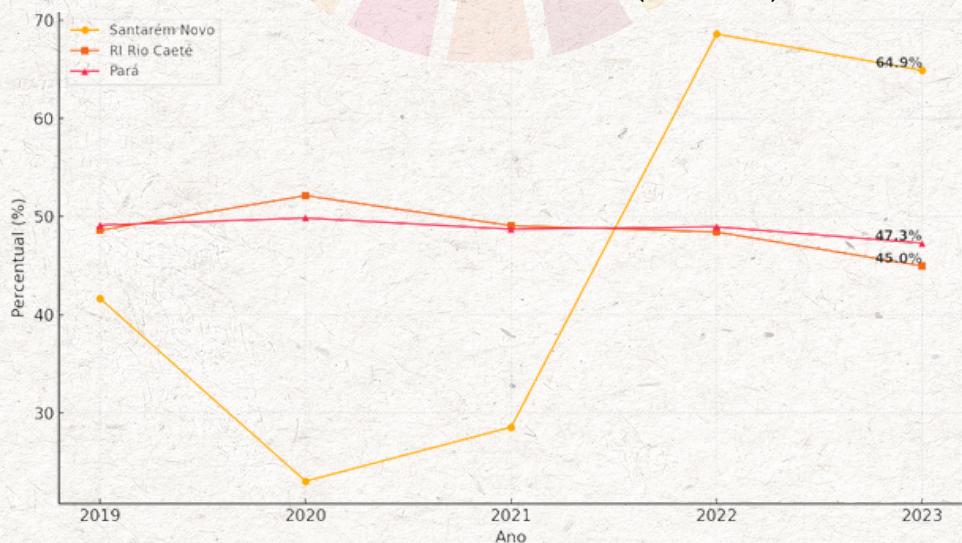
Em Santarém Novo, o percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres apresentou significativa variação ao longo do período. Em 2019, o índice era de 41,6%, mas caiu bruscamente para 22,9% em 2020. A partir daí, houve recuperação: 28,6% em 2021, salto expressivo para 68,8% em 2022 e leve recuo para 64,9% em 2023. Esse movimento revela um avanço notável na inclusão feminina em posições de liderança, apesar de flutuações que sugerem instabilidade institucional ou variações pontuais nos quadros (Gráfico 10).





Na RI Rio Caeté, os percentuais foram mais estáveis, oscilando entre 45% e 52,3%. Em 2019, o índice era de 48,5%, subindo a 52,3% em 2020, e mantendo-se próximo desse patamar até 2023, quando registrou 45%. No estado do Pará, os dados mostraram leve oscilação: de 48,5% em 2019, subiu para 49,6% em 2020, e então variou pouco até 2023, quando ficou em 47,3%. Comparado aos demais níveis, Santarém Novo destacou-se em 2022 e 2023 pelo maior percentual, superando inclusive os dados estaduais, ainda que a evolução tenha ocorrido de forma abrupta (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 64,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Em Santarém Novo, o percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto foi muito reduzido e praticamente estável no período analisado. Em 2019, o índice era de 1%, oscilando levemente para 0,9% em 2020, 1% em 2021, 1,1% em 2022 e voltando a 0,9% em 2023. Esses números evidenciam uma cobertura extremamente limitada, com pouca ou nenhuma ampliação da infraestrutura de saneamento voltada às populações mais vulneráveis ao longo dos cinco anos (Gráfico 11).

Na RI Rio Caeté, os percentuais foram levemente superior, mas igualmente baixos: 1,1% em 2019, mantendo esse patamar em 2020 e 2021, subindo para 1,3% em 2022 e permanecendo neste valor em 2023. O estado do Pará, por outro lado, apresentou crescimento significativo: de 7% em 2019 para 8,3% em 2021, chegando a 11,5% em 2023. Embora ainda limitado, o avanço estadual contrasta fortemente com a estagnação nos níveis municipal e regional, indicando desigualdade territorial no acesso à coleta de esgoto para a população de baixa renda (Gráfico 11).

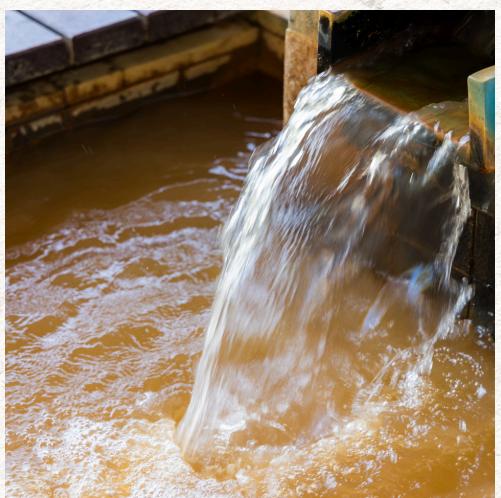
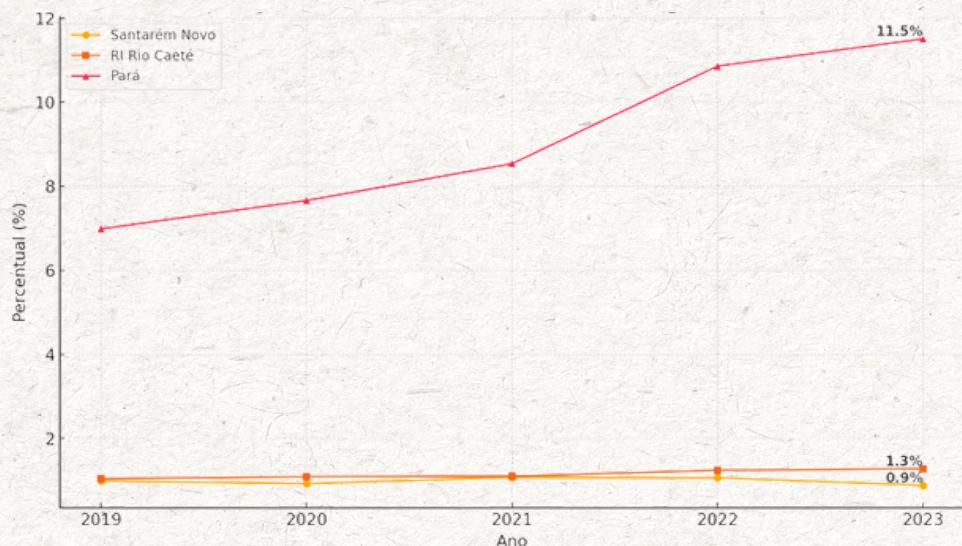




Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Santarém Novo iniciou o período com um gasto per capita de R\$ 52 em 2019, mas apresentou queda brusca nos anos seguintes: R\$ 0 em 2020, R\$ 4 em 2021, novamente R\$ 0 em 2022 e 2023. Essa retração evidencia a ausência de investimentos diretos em saneamento nos últimos anos, comprometendo a expansão da infraestrutura e contribuindo para os baixos índices de cobertura, como demonstrado no indicador anterior (Gráfico 12).

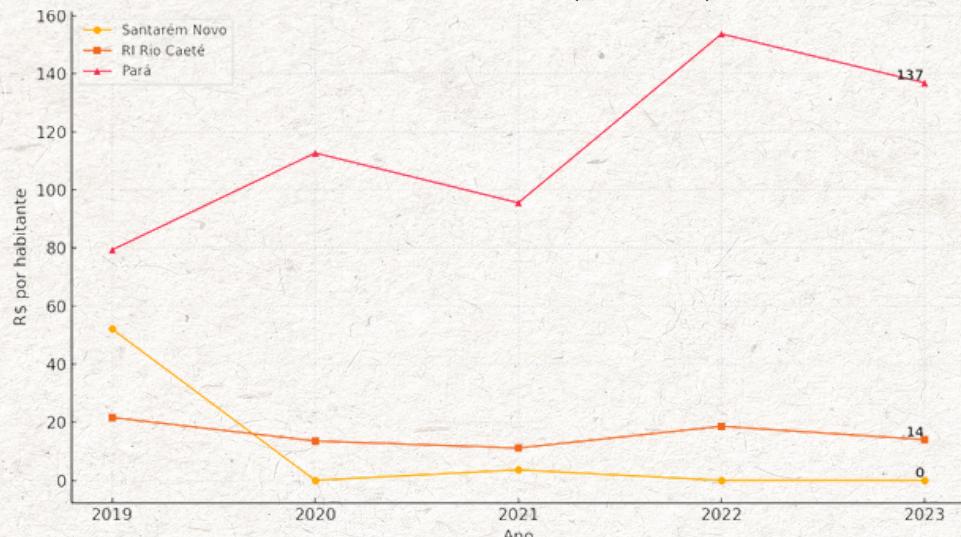
Na RI Rio Caeté, os valores mantiveram-se baixos, mas

constantes: R\$ 21 em 2019, caindo para R\$ 14 em 2020 e 2021, subindo para R\$ 19 em 2022 e recuando levemente para R\$ 14 em 2023. Já o Pará teve gastos significativamente mais altos: R\$ 79 em 2019, R\$ 113 em 2020, R\$ 96 em 2021, pico de R\$ 151 em 2022, encerrando 2023 com R\$ 137. O contraste entre os três recortes evidencia a profunda desigualdade no esforço orçamentário voltado ao saneamento básico, com Santarém Novo virtualmente ausente dessa agenda nos últimos quatro anos (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.



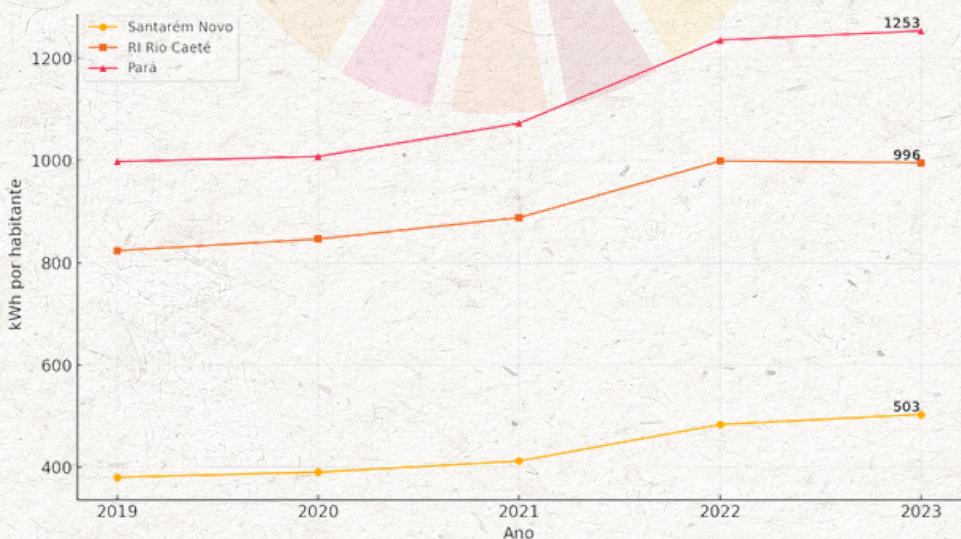
Em Santarém Novo, o consumo per capita de energia elétrica iniciou em 2019 com 374 kWh/hab., subindo ligeiramente para 384 em 2020 e 410 em 2021. A partir de 2022, houve crescimento mais acentuado: 483 kWh/hab. e, por fim, 503 kWh/hab. em 2023. Apesar da tendência de crescimento, os valores permanecem bem abaixo dos observados em níveis superiores, revelando limitações de acesso ou uso intensivo da energia no município, o que pode estar relacionado à renda média, infraes-



trutura ou atividades produtivas locais (Gráfico 13).

Na Região de Integração Rio Caeté, o indicador saiu de 828 kWh/hab. em 2019 para 996 kWh/hab. em 2023, com elevação contínua ao longo do período. Já o estado do Pará apresentou crescimento ainda mais expressivo: de 995 kWh/hab. em 2019, ultrapassou a barreira dos mil em 2020 (1005) e encerrou o período com 1253 kWh/hab. em 2023. O contraste entre Santarém Novo e os demais níveis territoriais evidencia desigualdades relevantes no padrão de consumo, que refletem disparidades socioeconômicas e de infraestrutura (Gráfico 13).

**Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.),
Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)**



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 503 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

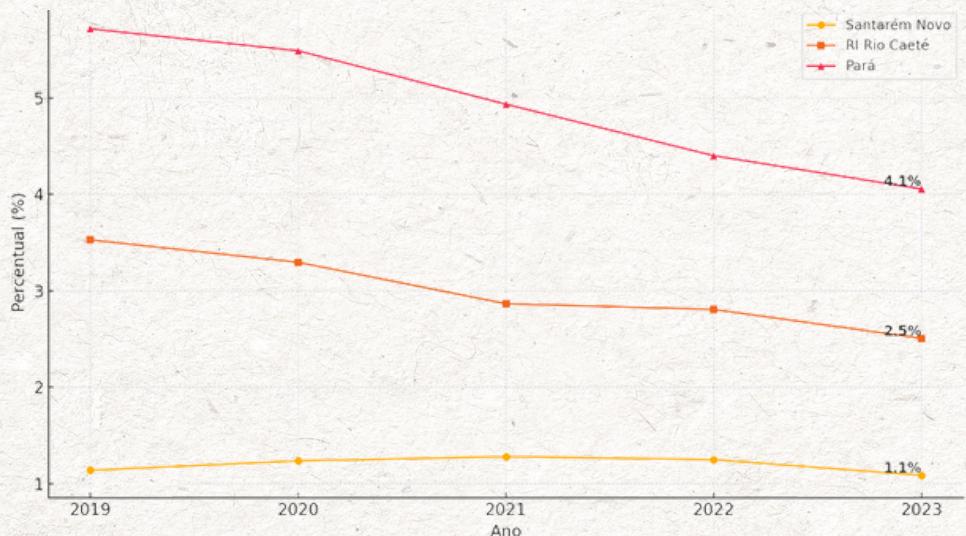
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em Santarém Novo, o percentual de domicílios de baixa renda que ainda utilizam fontes fósseis para iluminação manteve-se estável ao longo do período, com variações discretas. Em 2019, o índice era de 1,2%, subindo levemente para 1,3% em 2020 e 2021, reduzindo-se a 1,2% em 2022 e encerrando 2023 com 1,1%. Apesar de representar uma parcela pequena, a permanência desses valores indica uma população que ainda vive em condições precárias de acesso à energia elétrica (Gráfico 14).



Na RI Rio Caeté, o percentual começou mais alto, com 3,5% em 2019, reduzindo-se gradativamente para 2,5% em 2023. Já o estado do Pará, que tinha 5,7% em 2019, também apresentou melhoria contínua, encerrando o período com 4,1% em 2023. Os dados revelam uma tendência estadual e regional de substituição da iluminação precária por energia elétrica, mas evidenciam também que, embora Santarém Novo tenha uma base menor, a erradicação total dessa condição ainda não foi alcançada (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.**



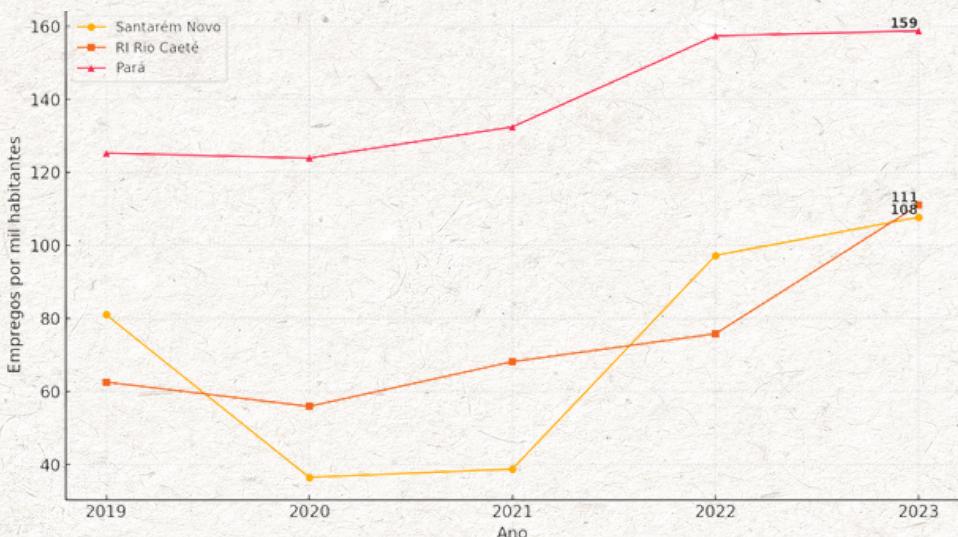
Empregos Formais por Mil Habitantes

Na RI Rio Caeté, o número de empregos formais por mil habitantes começou em 63 em 2019 e caiu para 56 em 2020, antes de iniciar recuperação: 68 em 2021, 76 em 2022 e 111 em 2023. O Estado do Pará manteve um nível mais elevado ao longo de todo o período, saindo de 125 em 2019, com leve queda em 2020 (124), e crescendo continuamente até atingir 159 em 2023. Os dados mostram que, apesar do atraso inicial, Santarém Novo conseguiu acelerar seu crescimento formal em 2022 e 2023, indicando possível dinamismo econômico recente (Gráfico 15).

Santarém Novo apresentou forte oscilação na geração de empregos formais. Em 2019, havia 81 empregos formais por mil habitantes, mas o índice caiu drasticamente para 36 em 2020 e manteve-se quase inalterado em 2021 (38). A partir de 2022, observou-se recuperação intensa: 96 empregos por mil habitantes, chegando a 108 em 2023, superando inclusive a média da região e aproximando-se da média estadual. Essa trajetória revela resiliência e reestruturação do mercado formal local após os impactos da pandemia (Gráfico 15).



Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 108 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

Em Santarém Novo, o PIB per capita apresentou crescimento gradual entre 2018 e 2022. O município partiu de R\$ 6.747 em 2018, subiu para R\$ 6.962 em 2019, alcançou R\$ 7.607 em 2020, R\$ 8.917 em 2021 e chegou a R\$ 10.134 em 2022. Esse crescimento acumulado de aproximadamente 50% ao longo do período indica avanço econômico local, ainda que o patamar continue inferior às médias regional e estadual, refletindo limitações estruturais e de produtividade no território (Gráfico 16).

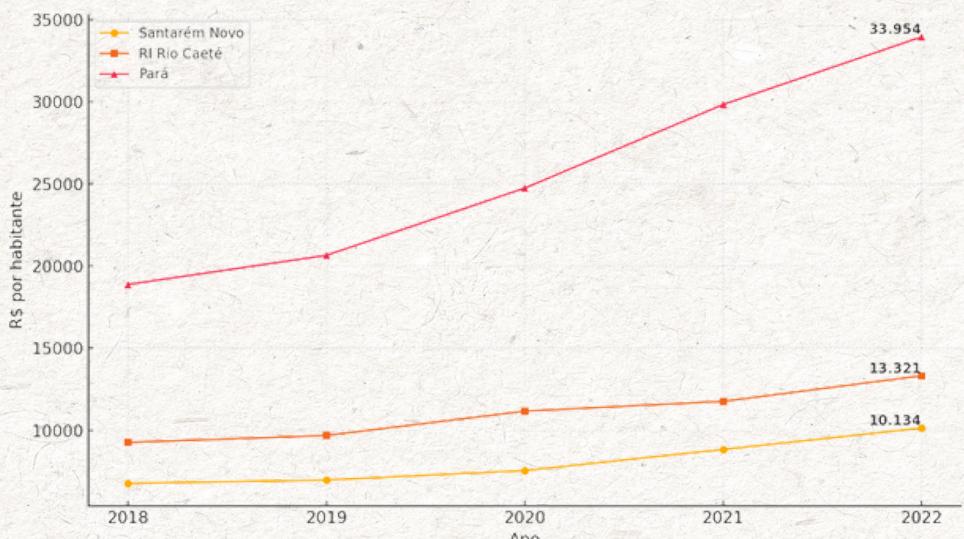
Na Região de Integração Rio Caeté, o PIB per capita tam-



bém evoluiu de forma constante: partiu de R\$ 9.344 em 2018 e chegou a R\$ 13.321 em 2022. Já o Estado do Pará demonstrou desempenho mais robusto, saindo de R\$ 18.970 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022, o que representa um crescimento de quase 80%. A diferença entre os níveis evidencia disparidades territoriais relevantes, com o estado puxado por setores estratégicos de alta produtividade (como a mineração), enquanto Santarém Novo permanece com baixa geração de renda per capita em comparação (Gráfico 16).



Gráfico 16 - PIB per capita, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 10.134/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



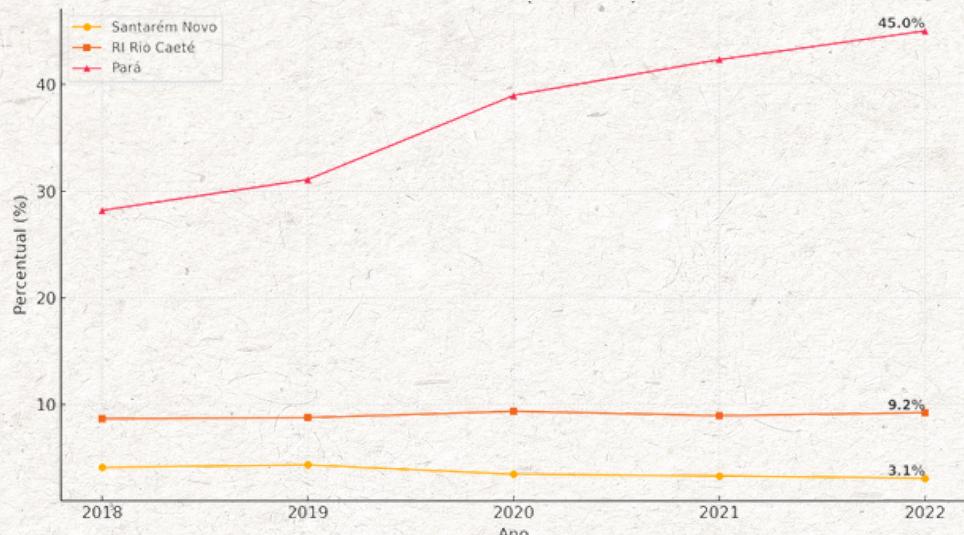
Santarém Novo registrou um percentual reduzido e decrescente de valor adicionado da indústria ao PIB entre 2018 e 2022. O indicador partiu de 4,1% em 2018, subiu levemente para 4,2% em 2019, mas recuou nos anos seguintes: 3,3% em 2020, 3,0% em 2021 e 3,1% em 2022. Esses valores mostram que a participação da indústria na economia municipal é marginal e pouco representativa, o que pode comprometer a diversificação produtiva e o desenvolvimento de setores de maior valor agregado (Gráfico 17).

Na RI Rio Caeté, o percentual foi mais estável, variando entre 8,8% (2018) e 9,2% (2022), mantendo um peso industrial moderado, mas constante, ao longo dos anos. O Estado do Pará, por sua vez, apresentou crescimento expressivo: iniciou com 28,2% em 2018, avançou para 31,3% em 2019, 38,9% em 2020, 42,3% em 2021 e chegou a 45,0% em 2022. Esse avanço reforça o peso da atividade industrial sobretudo a extrativa mineral na economia estadual, o que amplia ainda mais a diferença em relação ao perfil produtivo de Santarém Novo (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Santarém Novo, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes iniciou em um patamar elevado, com 28 em 2019, mas caiu drasticamente nos dois anos seguintes: 9,8 em 2020 e 7,5 em 2021. A partir de 2022, houve uma recuperação expressiva, com o indicador retornando a 28 e atingindo 30 profissionais por 100 mil habitantes em



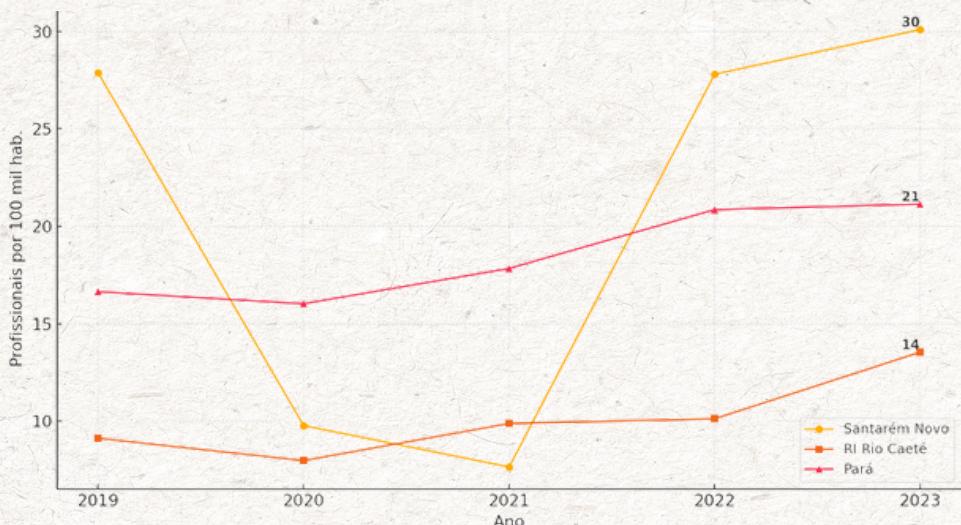
2023, o maior valor da série. A trajetória revela forte oscilação, o que pode estar relacionado à rotatividade de vínculos, programas temporários de fomento ou inconsistências nos registros administrativos (Gráfico 18).

Na Região de Integração Rio Caeté, os números são mais modestos e estáveis: 9,1 em 2019, 8,0 em 2020, 9,3 em 2021, 10,0 em 2022 e 14 em 2023, com crescimento gradual ao longo do período. Já o Estado do Pará manteve uma média superior à região, partindo de 16,7 profissionais por 100 mil habitantes em 2019, com leve queda para 16,1 em 2020, e retomada progressiva até 21 em 2023. Comparativamente, Santarém Novo apresenta desempenho volátil, mas com tendência de avanço expressivo ao final do período, destacando-se positivamente em 2023 frente aos demais níveis (Gráfico 18).





Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 30 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





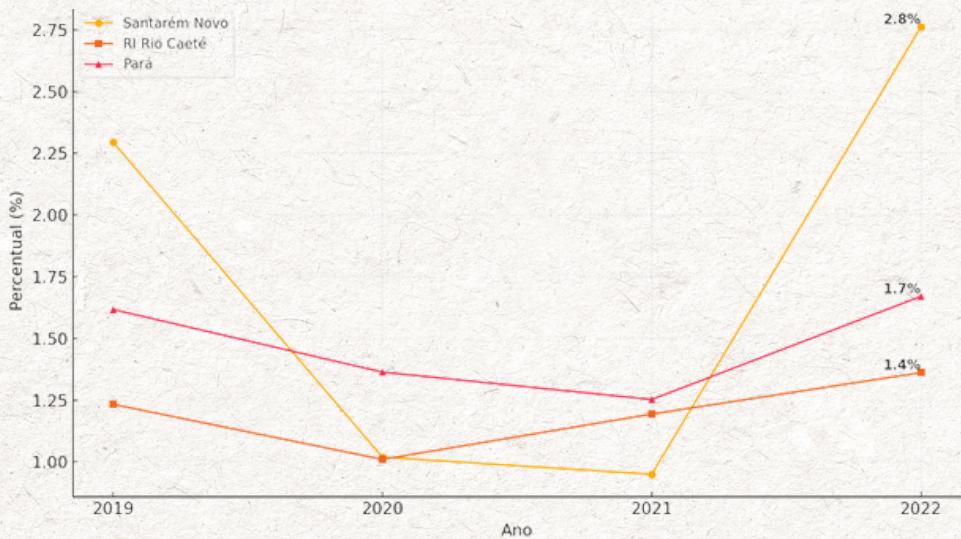
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Santarém Novo iniciou 2019 com uma participação da massa salarial formal de 2,3% em relação ao PIB, mas apresentou uma forte retração nos dois anos seguintes: 1,0% em 2020 e 0,95% em 2021. No entanto, em 2022 houve uma reversão significativa, com o indicador saltando para 2,8% maior valor entre os três recortes naquele ano. Essa variação indica um movimento de valorização ou ampliação recente do emprego formal em relação à economia local, após um período de baixa participação (Gráfico 19).

Na RI Rio Caeté, a participação foi mais es-

tável, variando de 1,2% em 2019 para 1,0% em 2020, 1,2% em 2021 e 1,4% em 2022, sem grandes oscilações. No estado do Pará, o percentual também seguiu trajetória moderada: iniciou em 1,6% em 2019, caiu para 1,3% em 2021 e recuperou-se para 1,7% em 2022. Frente a essas médias, Santarém Novo se destaca positivamente em 2022, sugerindo que a remuneração total dos trabalhadores formais cresceu acima da média do crescimento econômico local, o que pode refletir mudanças na estrutura produtiva ou no perfil dos vínculos ativos (Gráfico 19).

**Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB),
Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2022)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

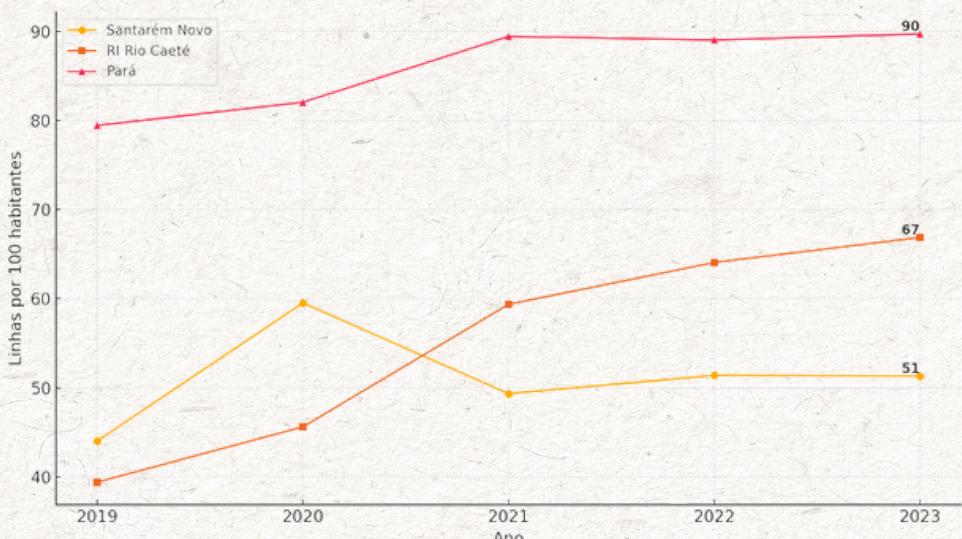
Santarém Novo apresentou crescimento inicial no acesso à telefonia móvel, passando de 44,1 linhas por 100 habitantes em 2019 para 59,4 em 2020. No entanto, houve uma queda em 2021, quando o indicador recuou para 49,3, seguido de uma leve recuperação para 51,5 em 2022 e estabilidade em 2023 com 51,4. O comportamento indica oscilação e estagnação no acesso à telefonia no município, que permaneceu distante dos valores observados em níveis superiores (Gráfico 20).

A RI Rio Caeté demonstrou crescimento consistente: iniciou com 39,1 em 2019 e chegou a 67 linhas por 100 habitantes em 2023, com avanço contínuo ao longo dos anos. O Estado do Pará manteve os maiores patamares: partiu de 79,3 em 2019 e atingiu 90 em 2023, após pico em 2021 (89,6). O contraste entre Santarém Novo e os demais níveis evidencia desigualdade no acesso a tecnologias básicas de comunicação, com o município se afastando da média estadual (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 51 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

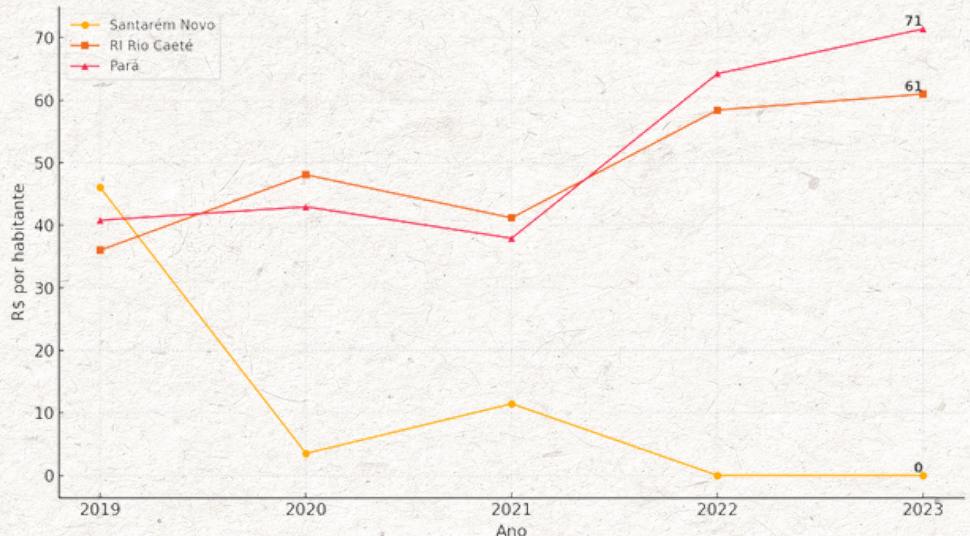
Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

Em Santarém Novo, a despesa pública per capita com cultura e gestão ambiental caiu drasticamente ao longo do período. O município começou com R\$ 46,5 por habitante em 2019, despencou para R\$ 3,6 em 2020, subiu pontualmente para R\$ 11,7 em 2021, mas foi zerada em 2022 e 2023. A ausência de investimento nos dois últimos anos evidencia a baixa priorização dessas áreas no orçamento municipal recente, contrastando com tendências de crescimento em níveis superiores (Gráfico 21).

Na RI Rio Caeté, a despesa aumentou de R\$ 35,9 em 2019 para R\$ 61 em 2023, com elevação gradual e constante. O Estado do Pará também registrou expansão: de R\$ 40,3 em 2019 para R\$ 71,1 em 2023, destacando-se a forte elevação entre 2021 (R\$ 37,8) e 2022 (R\$ 64,9). Os dados mostram que, enquanto os recortes superiores ampliaram recursos para cultura e meio ambiente, Santarém Novo reduziu-os até sua eliminação, gerando uma lacuna crítica em políticas públicas nessas áreas (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Por tanto, a meta ainda não foi alcançada.

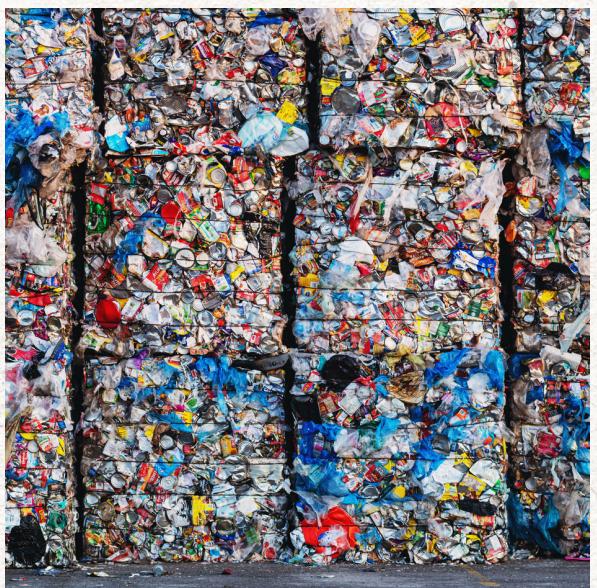
Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



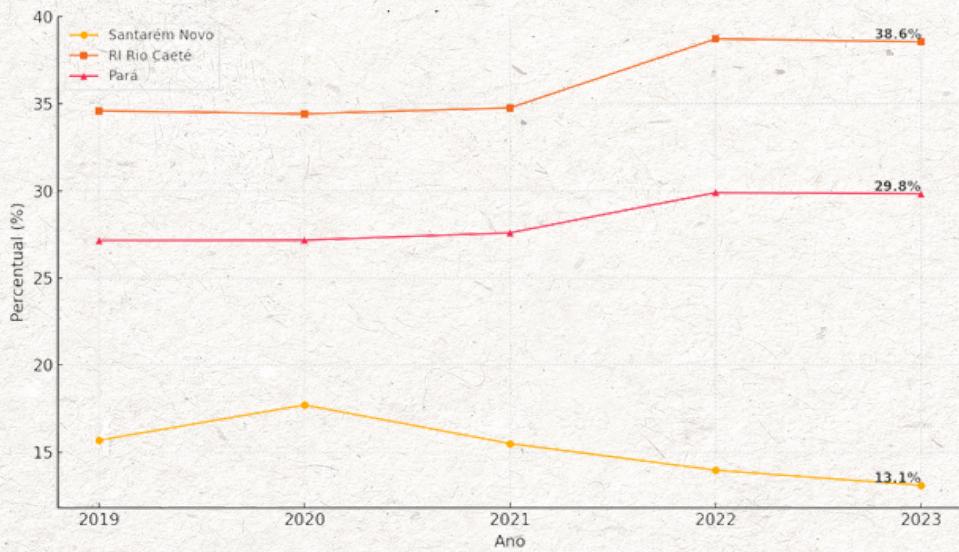


Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Santarém Novo apresentou uma leve oscilação negativa no percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo. O indicador era de 15,7% em 2019, subiu para 17,8% em 2020, e depois recuou de forma gradual: 15,6% em 2021, 14,2% em 2022 e 13,1% em 2023. Apesar da melhora relativa, ainda se observa um número relevante de pessoas submetidas a práticas inadequadas de descarte de resíduos sólidos (Gráfico 22).

A RI Rio Caeté manteve índices elevados e crescentes: de 34,7% em 2019, chegou a 38,6% em 2023. Já o Pará partiu de 27,1% em 2019 e encerrou o período com 29,8%, também com tendência de alta. Assim, mesmo com patamares historicamente menores, Santarém Novo apresenta evolução positiva, contrastando com os demais níveis, que ampliaram a proporção de pessoas recorrendo a métodos precários para o destino final do lixo (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

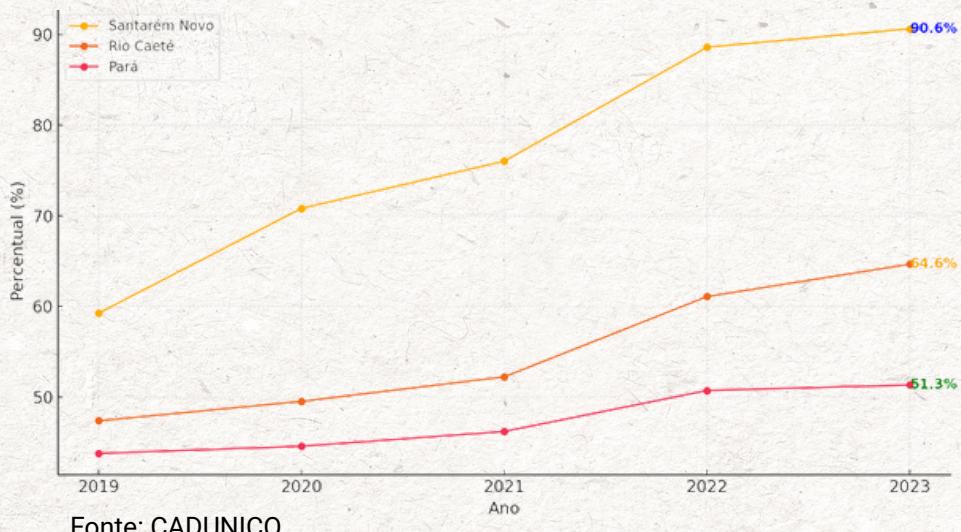


População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Santarém Novo apresentou crescimento significativo e contínuo no percentual de pessoas de baixa renda com fossa rudimentar: partiu de 59,3% em 2019, avançou para 70,8% em 2020, 75,6% em 2021, 88,2% em 2022 e alcançou 90,6% em 2023. Isso revela a predominância de soluções sanitárias inadequadas entre a população mais vulnerável do município, com deterioração acentuada nas condições de saneamento básico (Gráfico 23).

Na RI Rio Caeté, o crescimento também foi perceptível: de 47,4% em 2019 para 64,6% em 2023. O Estado do Pará registrou os menores índices e o menor ritmo de crescimento, passando de 43,4% para 51,3% no mesmo período. A comparação evidencia que Santarém Novo enfrenta um quadro crítico, com cobertura de saneamento extremamente deficiente entre os grupos de baixa renda, superando significativamente as médias estadual e regional (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 90,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



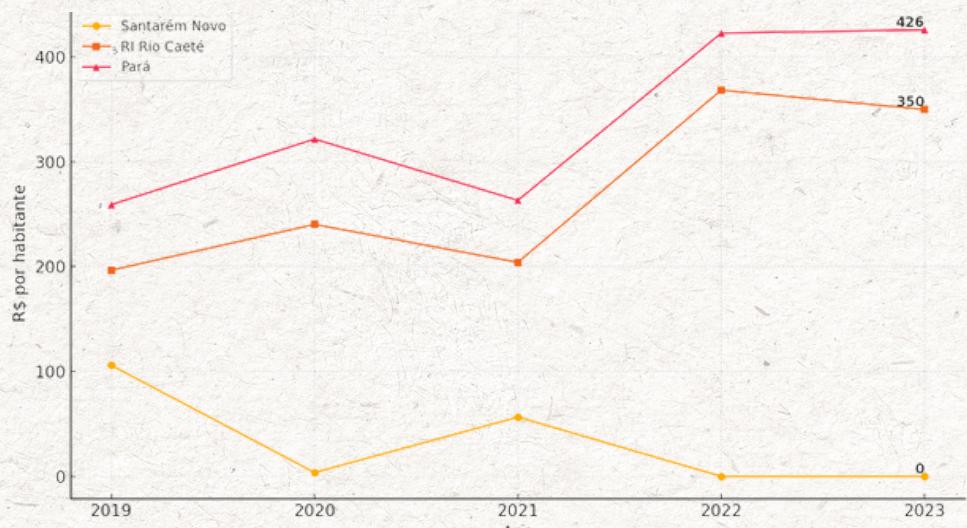
Gastos per capita com prevenção de desastres

Em Santarém Novo, os gastos per capita com prevenção de desastres começaram em R\$ 104,9 por habitante em 2019, caíram abruptamente para R\$ 3,8 em 2020, subiram para R\$ 52,9 em 2021, mas foram zerados nos dois últimos anos do período (2022 e 2023). A trajetória indica grande descontinuidade na alocação de recursos voltados à proteção da população contra eventos extremos, o que pode comprometer a capacidade de resposta e adaptação do município a riscos climáticos e ambientais (Gráfico 24).



Na RI Rio Caeté, os valores foram mais consistentes e progressivos: R\$ 197,7 em 2019, R\$ 239,9 em 2020, R\$ 206,1 em 2021, salto para R\$ 370,2 em 2022 e leve queda para R\$ 350,1 em 2023. Já o estado do Pará apresentou os maiores investimentos ao longo do período: de R\$ 260,7 em 2019 para R\$ 426 em 2023, com destaque para os saltos entre 2021 (R\$ 263,6) e 2022 (R\$ 426,1). Em comparação, Santarém Novo se mostra alheio à tendência estadual e regional de intensificação dos investimentos preventivos, ficando vulnerável frente à crescente incidência de desastres naturais (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14: Despesa per capita com preservação aquática**.

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



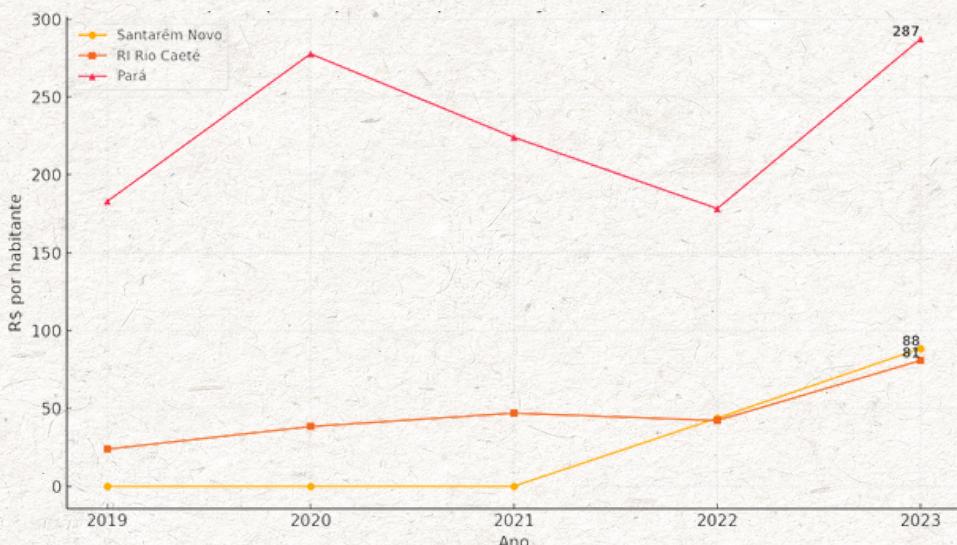
Despesa per capita com preservação aquática

Santarém Novo não realizou despesas nessa área entre 2019 e 2021, mantendo valor zerado por três anos consecutivos. A partir de 2022, houve um salto considerável: R\$ 42,9 por habitante, seguido de novo aumento em 2023, quando o indicador atingiu R\$ 88,2. Embora tardio, o esforço recente mostra uma tentativa de inserção do município em políticas de conservação dos ecossistemas aquáticos, relevantes para o equilíbrio ambiental, segurança hídrica e atividades econômicas locais (Gráfico 25).

Na RI Rio Caeté, os valores foram gradualmente crescentes: R\$ 24,5 em 2019, R\$ 37,8 em 2020, R\$ 45,7 em 2021, R\$ 42,1 em 2022 e R\$ 81,2 em 2023. O estado do Pará investiu de forma mais robusta: R\$ 183,4 em 2019, R\$ 276,7 em 2020, queda para R\$ 224,3 em 2021 e R\$ 178,3 em 2022, voltando a subir para R\$ 286,7 em 2023. Assim, embora ainda abaixo da média estadual, Santarém Novo superou a RI em 2023, sinalizando possível prioridade emergente para a agenda ambiental hídrica no município (Gráfico 25).



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 88/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

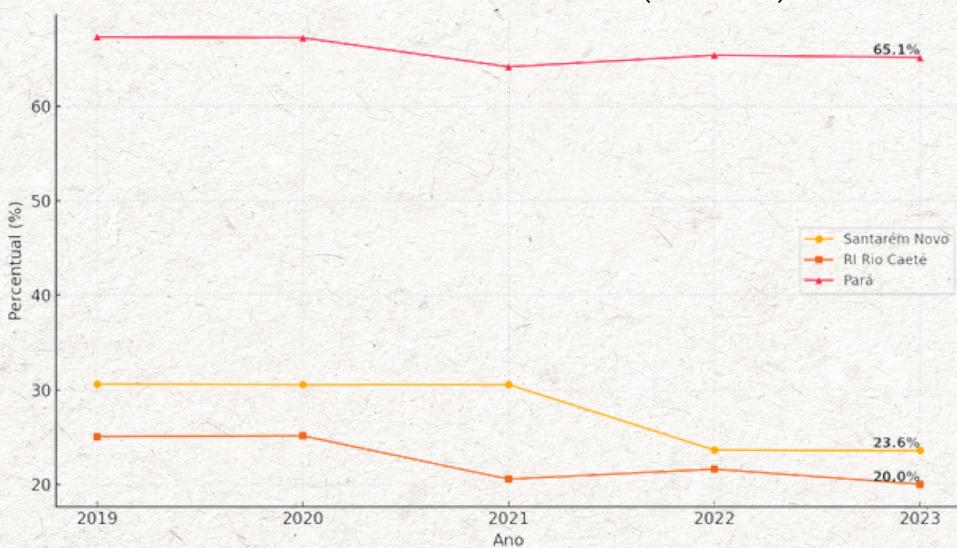
Em Santarém Novo, o percentual da área de floresta em relação à área total manteve-se estável de 2019 a 2021, com 30,7%, mas apresentou queda acentuada nos anos seguintes, atingindo 23,6% em 2022 e mantendo esse patamar em 2023. Essa redução de cerca de 7 pontos percentuais indica perda relevante de cobertura vegetal, o que pode estar associado ao avanço de atividades econômicas em áreas antes preservadas (Gráfico 26).

Na Região de Integração Rio

Caeté, a queda também foi visível, passando de 25,2% em 2019 e 2020 para 20% em 2023, após um leve recuo em 2021 (20,5%) e pequena recuperação em 2022 (21,7%). O estado do Pará, por sua vez, apresentou os maiores percentuais, mantendo-se acima de 65% durante todo o período, com variações mínimas: 65,9% entre 2019 e 2020, queda para 64,4% em 2021, e recuperação para 65,1% em 2023. O contraste entre os níveis evidencia a situação crítica de perda florestal local frente à média estadual (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 23,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

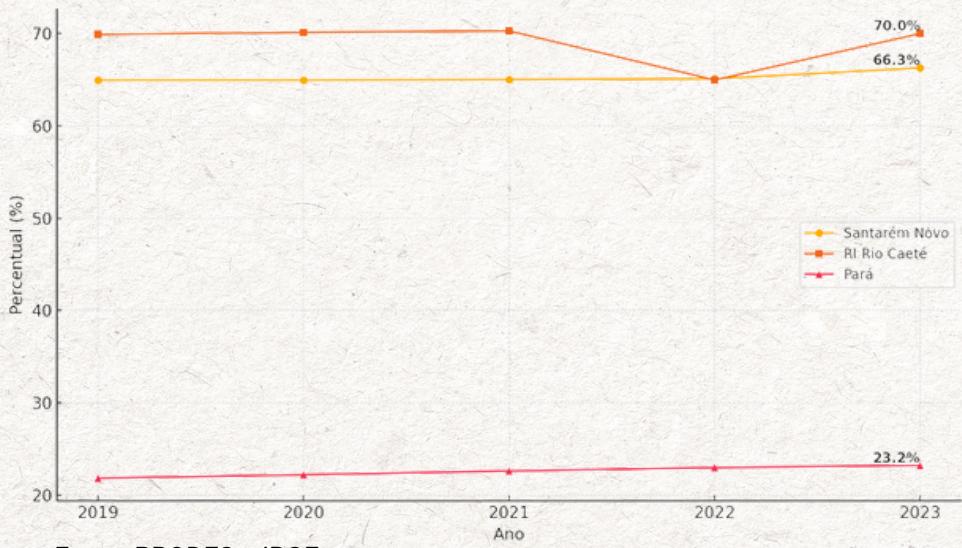
Santarém Novo manteve um alto percentual de área desmatada ao longo do período: 65,3% entre 2019 e 2021, com leve aumento para 66,3% em 2023. A relativa estabilidade em valores elevados reforça a pressão ambiental sobre o território e complementa a queda já observada na cobertura florestal, sugerindo um padrão contínuo de uso intensivo do solo, com baixa recuperação ambiental (Gráfico 27).

Na RI Rio Caeté, o cenário é ainda mais crítico, com 69,7%

de área desmatada em 2019, que se manteve estável até 2021, caiu para 65,3% em 2022 e voltou a subir para 70% em 2023. No estado do Pará, os níveis foram significativamente mais baixos, mas com tendência de crescimento: de 21,5% em 2019 para 23,2% em 2023. Isso mostra que, embora o Pará ainda preserve boa parte de sua vegetação, os municípios como Santarém Novo e sua região apresentam padrões alarmantes de degradação ambiental (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 66,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Santarém Novo, o trabalho infantil manteve-se zerado de 2019 a 2020, saltou para 14,7 casos por 100 mil habitantes em 2021 e voltou a zero nos dois anos seguintes (2022 e 2023). A oscilação pontual sugere que a presença do problema pode estar associada a variações de registro ou ações pontuais de fiscalização, mas, em geral, o município apresenta um quadro favorável com valores inferiores à média estadual (Gráfico 28).

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Na RI Rio Caeté, houve uma tendência clara de redução: de 49,7 em 2019 para 38,5 em 2020, depois 25,7 em 2021, 14,2 em 2022 e finalmente 6,8 em 2023. O Estado do Pará seguiu tendência semelhante: começou com 39,6 em 2019, caiu para 30,7 em 2020, depois para 22,1, 16,8 e finalmente 11,1 em 2023. Essa evolução reflete avanços consistentes na redução do trabalho infantil, tanto em nível estadual quanto regional (Gráfico 28).

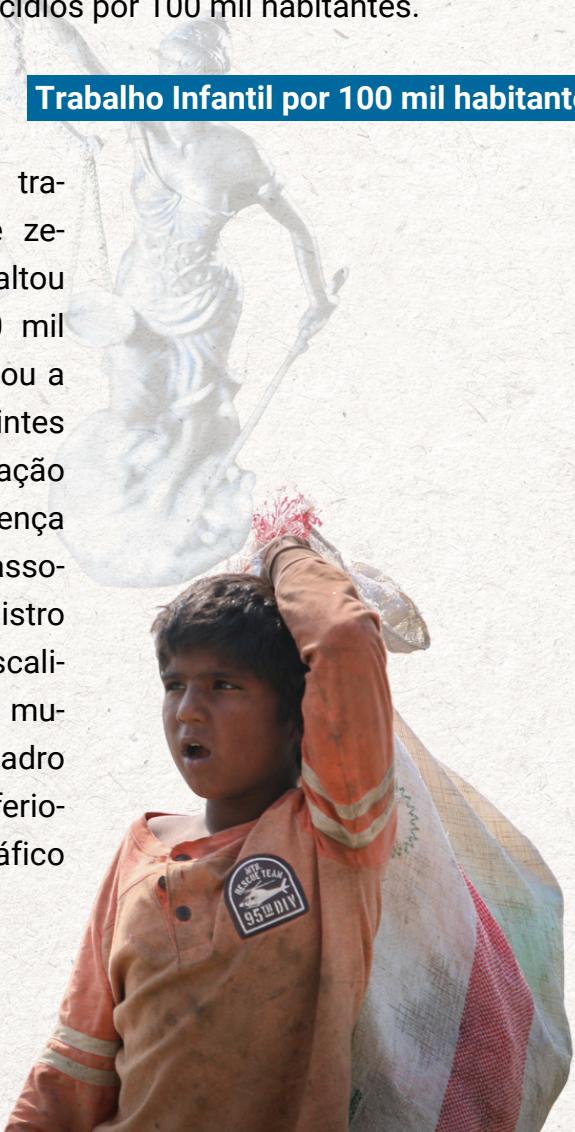
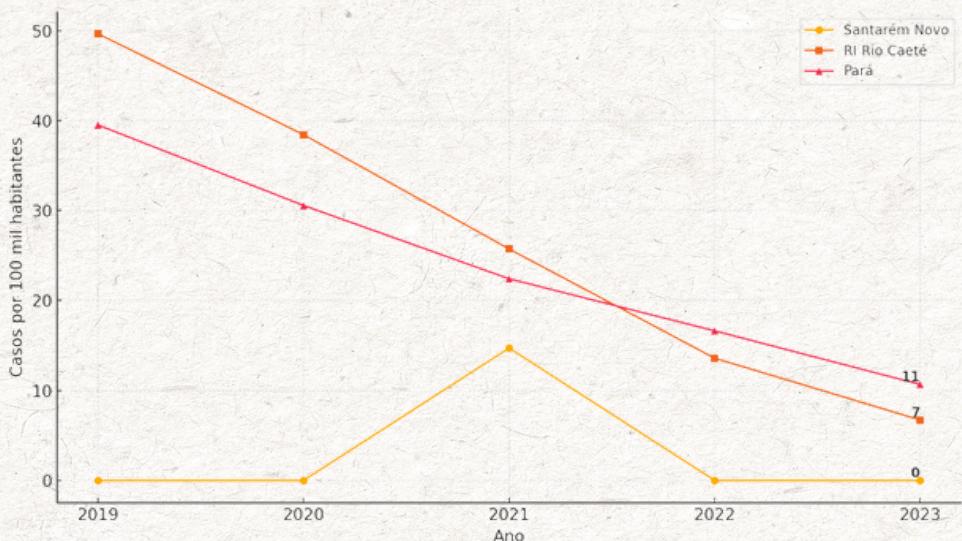




Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

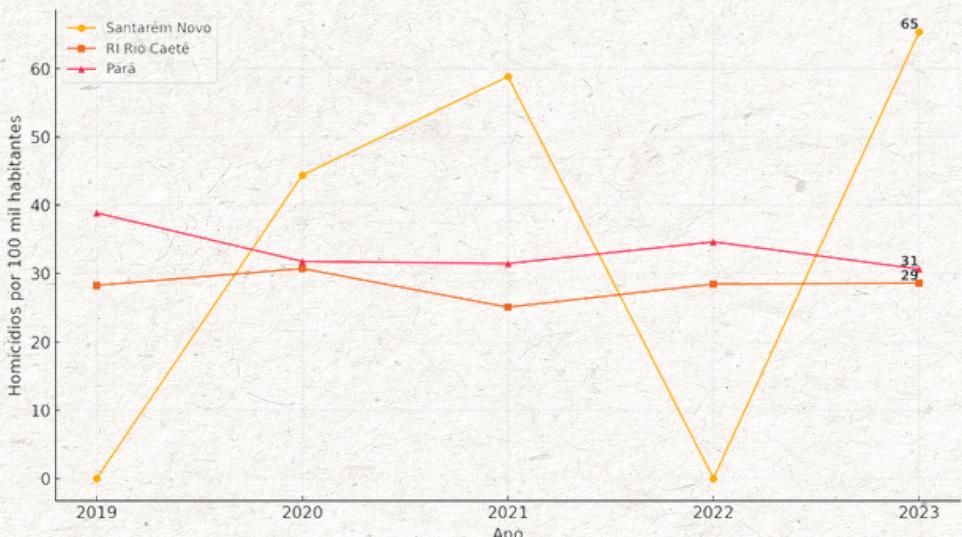
Santarém Novo apresentou variações abruptas na taxa de homicídios. Em 2019, o valor foi zero, saltando para 44,5 em 2020, atingindo 58,6 em 2021. Em 2022 houve nova queda para zero, e em 2023 o índice disparou para 65,1 homicídios por 100 mil habitantes. A oscilação extrema pode refletir flutuações reais em números absolutos devido à pequena população, mas também sugere ausência de padrão estável e exposição a episódios de violência aguda (Gráfico 29).

Na RI Rio Caeté, os valores foram mais regulares: de 28,3 em 2019 para 30,7 em 2020, queda para 25,4 em 2021, e recuperação para 28,6 em 2023. No estado do Pará, a taxa começou em 39,1 em 2019 e variou de forma contida ao longo dos anos, encerrando em 2023 com 31,2. O caso de Santarém Novo chama atenção pela volatilidade e pela taxa final significativamente acima da média estadual e regional, apontando possível aumento da violência local (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 65 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





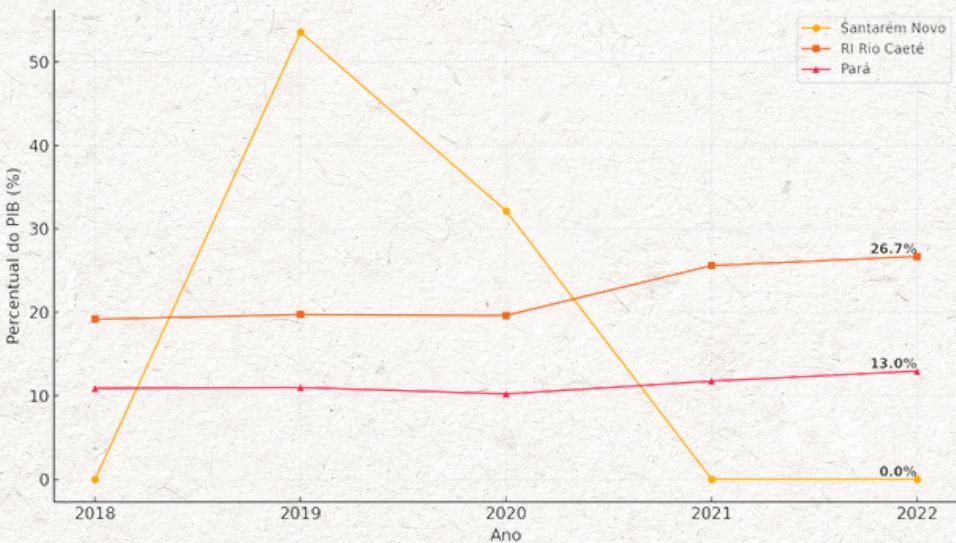
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Em Santarém Novo, o gasto público como percentual do PIB apresentou comportamento bastante volátil. Em 2018, o valor foi nulo (0,0%), seguido de um pico impressionante em 2019, atingindo 53,5% do PIB, valor muito acima dos padrões regionais e estaduais. Em 2020, o percentual caiu para 32,5% e, nos dois anos seguintes (2021 e 2022), voltou a zero, sugerindo ausência de execução orçamentária ou problemas de registro das despesas municipais em relação ao PIB. A instabilidade do indicador revela possíveis fragilidades na gestão fiscal e ausência de padrão consistente de investimento público (Gráfico 30).

Na Região de Integração Rio Caeté, o indica-

dor foi mais estável e progressivo, começando com 19,0% em 2018, subindo ligeiramente para 19,6% em 2019 e 19,7% em 2020, e crescendo mais fortemente para 25,7% em 2021 e 26,7% em 2022. Já o estado do Pará apresentou menores proporções, iniciando com 10,7% em 2018, mantendo valores estáveis nos dois anos seguintes, com 11,0% em 2019 e 10,1% em 2020, e alcançando 12,0% em 2021 e 13,0% em 2022. O contraste com Santarém Novo evidencia o caráter atípico de seus registros, reforçando a importância de cautela na análise de dados isolados e a necessidade de padronização contábil (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

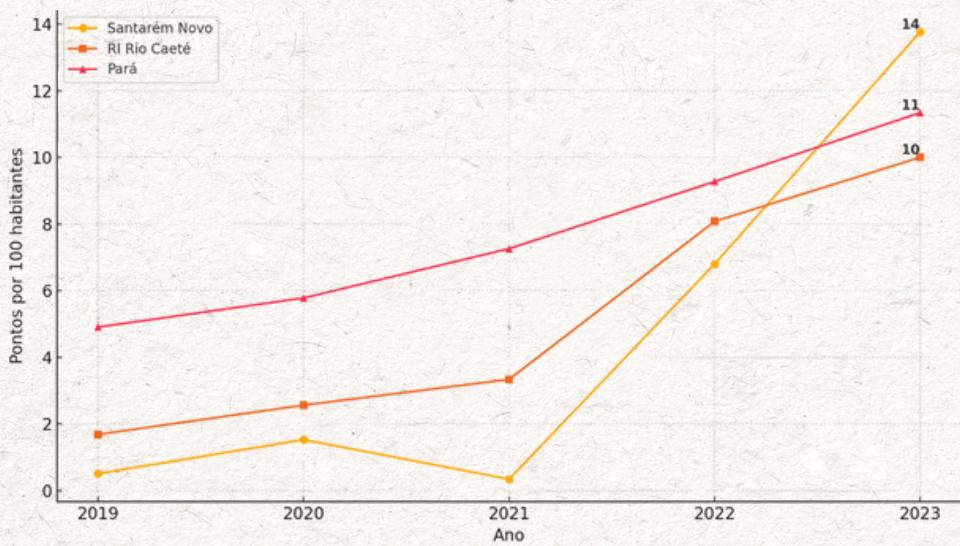


Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

A taxa de acesso à banda larga fixa em Santarém Novo cresceu de forma significativa ao longo do período. Em 2019, o município registrava apenas 0,5 ponto por 100 habitantes, passando para 1,5 em 2020, recuando levemente para 0,4 em 2021. A partir de 2022, houve um salto expressivo: 6,8 pontos, e em 2023 atingiu 14, superando inclusive os níveis estadual e regional. Essa evolução representa uma ampliação importante do acesso digital na localidade, possivelmente relacionada a investimentos em infraestrutura ou políticas públicas de conectividade (Gráfico 31).

A RI Rio Caeté também apresentou crescimento contínuo: partindo de 1,7 ponto em 2019, para 2,6 em 2020, 3,4 em 2021, 8,1 em 2022 e 10,0 pontos em 2023. Já o estado do Pará manteve trajetória ascendente e estável, partindo de 4,9 pontos em 2019 e chegando a 11,1 em 2023, com avanços consistentes ano a ano. Embora tenha começado em desvantagem, Santarém Novo conseguiu, em 2023, ultrapassar tanto sua região quanto o estado, refletindo melhoria no acesso à internet, com potencial para impactar positivamente a educação, serviços públicos e economia local (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 14 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

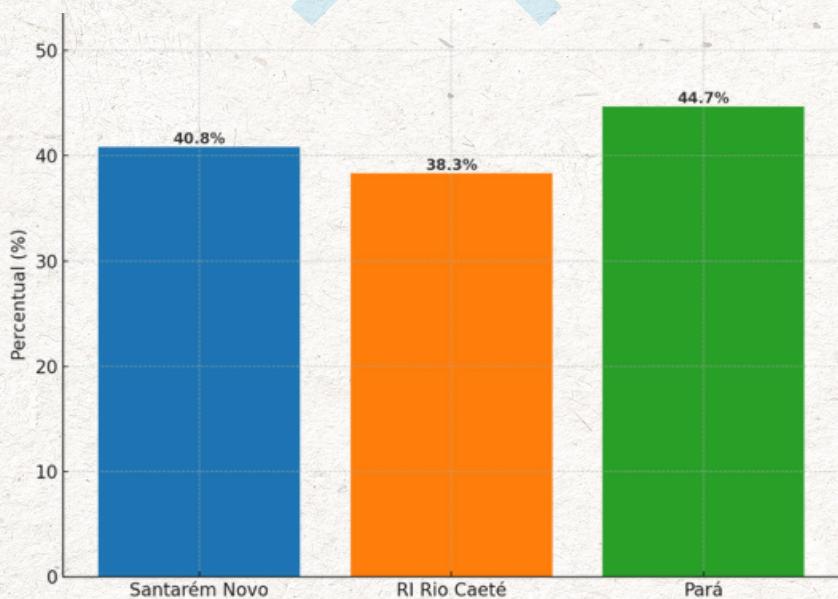


Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Santarém Novo** registrou um IDS de **40,8%** (gráfico 32).

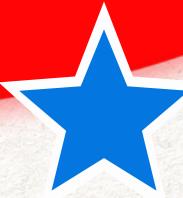
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Santarém Novo x RI Rio Caeté x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, dispõe por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

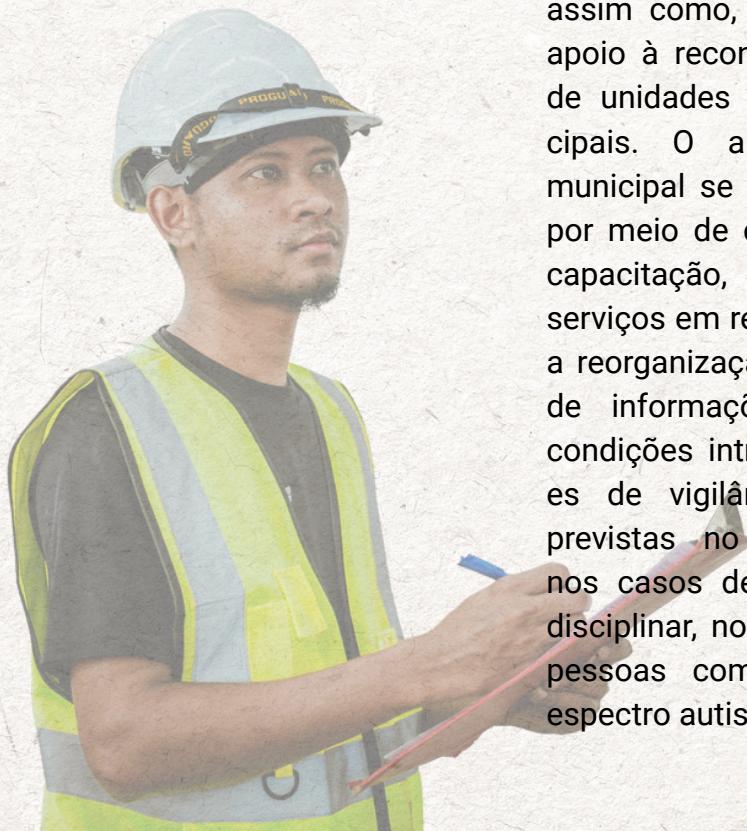
nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).





As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Santarém Novo na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Santarém Novo e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

